



CLÁUDIA HELENA LEITE

***QUANDO A LETRA ENCONTRA A LUTA:
Relatos de mulheres do Povoado Vermelho, alfabetização e vida***

**GOIÂNIA
2026**

CLÁUDIA HELENA LEITE

QUANDO A LETRA ENCONTRA A LUTA:

Relatos de mulheres do Povoado Vermelho, alfabetização e vida

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica como requisito para obtenção do título de Mestra em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica

Linha de Pesquisa: Práticas escolares e aplicação do conhecimento

Orientadora: Professora Doutora Anna Maria Dias Vreeswijk

GOIÂNIA
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Leite, Cláudia Helena
QUANDO A LETRA ENCONTRA A LUTA: Relatos de mulheres do Povoado Vermelho, alfabetização e vida [Manuscrito] / Cláudia Helena Leite. - 2026.

XXX, 30 f.:

Orientadora: Prof(a). Dra. Anna Maria Dias Vreeswijk
Produto Educacional (Stricto Sensu) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (Profissional), Goiânia, 2026.
Bibliografia.

1. Alfabetização. Educação Quilombola. Mulheres Quilombolas. Narrativas. Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas..

I. Vreeswijk, Anna Maria Dias , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às 14h30, por videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa da Dissertação intitulada “Mulheres do Povoado Vermelho, no município de Cavalcante, Goiás: um olhar sobre as propostas de alfabetização do governo de Goiás no espaço quilombola (2022)” e do Produto Educacional intitulado “Quando a letra encontra a luta: relatos de mulheres do Povoado Vermelho, alfabetização e vida”, pela discente **Cláudia Helena Leite**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestra em Ensino na Educação Básica.

Ao término da defesa, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados APROVADOS.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica.

Proclamado o resultado, o(a) Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Profa. Dra. Anna Maria Dias Vreeswijk (PPGEEB/CEPAE/UFG) – presidente,

Prof. Dr. Danilo Rabelo (PPGEEB/CEPAE/UFG) – membro interno,

Profa. Dra. Cecília Maria Vieira (SME DE GOIÂNIA) – membro externo.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Anna Maria Dias Vreeswijk, Professor do Magistério Superior**, em 11/03/2026, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Rabelo, Professor do Magistério Superior**, em 11/03/2026, às 10:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CECILIA MARIA VIEIRA, Usuário Externo**, em 12/03/2026, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5985829** e o código CRC **5A78320B**.

Referência: Processo nº 23070.007846/2026-90

SEI nº 5985829

TIPO DE PRODUTO EDUCACIONAL

(De acordo com a Resolução PPGEEB/CEPAE Nº 001/2019)

Desenvolvimento de produto (mídias educacionais, tais como: vídeos, simulações, animações, vídeo-aulas, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem, páginas de internet e blogs, jogos educacionais de mesa ou virtuais, e afins;

Especificação: Material Audiovisual.

DIVULGAÇÃO

- Filme
- Hipertexto
- Impresso
- Meio digital
- Meio Magnético
- Outros. Especificar: ____

FINALIDADE PRODUTO EDUCACIONAL

Audiovisual de caráter documental destinado a educadores, gestores públicos, pesquisadores e estudantes como recurso didático-pedagógico para formação continuada, debates sobre EJA, relações étnico-raciais, educação quilombola e políticas públicas educacionais.

PÚBLICO-ALVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Educadores(as), gestores(as) públicos(as), pesquisadores(as), estudantes de licenciatura e pós-graduação

IMPACTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional apresenta:

- Alto impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
- Médio impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.
- Baixo impacto** – Produto gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

Área impactada pelo Produto Educacional:

- Ensino
- Aprendizagem
- Econômico
- Saúde
- Social
- Ambiental
- Científico

O impacto do Produto Educacional é:

Real - efeito ou benefício que pode ser medido a partir de uma produção que se encontra em uso efetivo pela sociedade ou que foi aplicado no sistema (instituição, escola, rede, etc.). Isso é, serão avaliadas as mudanças diretamente atribuíveis à aplicação do produto com o público-alvo.

Potencial - efeito ou benefício de uma produção previsto pelos pesquisadores antes de esta ser efetivamente utilizada pelo público-alvo. É o efeito planejado ou esperado.

O Produto Educacional foi vivenciado (aplicado, testado, desenvolvido, trabalhado) **em situação real, seja em ambiente escolar formal ou informal, ou em formação de professores** (inicial, continuada, cursos etc.)?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva essa situação

REPLICABILIDADE E ABRANGÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que o mesmo foi produzido?

Sim Não

A abrangência territorial do Produto Educacional, que indica uma definição precisa de sua vocação, é

Local Regional Nacional Internacional

COMPLEXIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui:

Alta complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese, apresenta método claro. Explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, há uma reflexão sobre o produto com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico, apresenta associação de diferentes

tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores - segmentos da sociedade, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, e existem apontamentos sobre os limites de utilização do produto.

Média complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Apresenta método claro e explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores - segmentos da sociedade.

Baixa complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Resulta do desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores - segmentos da sociedade.

Sem complexidade - Não existe diversidade de atores - segmentos da sociedade. Não apresenta relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do produto.

INOVAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui:

Alto teor inovativo - desenvolvimento com base em conhecimento inédito.

Médio teor inovativo - combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos.

Baixo teor inovativo - adaptação de conhecimento existente.

FOMENTO

Houve fomento para elaboração ou desenvolvimento do Produto Educacional?

Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo de fomento:

Programa de Apoio a Produtos e Materiais Educacionais do PPGEEB

Cooperação com outra instituição

Outro. Especifique: _____

REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Houve registro de depósito de propriedade intelectual?

Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo:

Licença Creative Commons

Domínio de Internet

Patente

Outro. Especifique: _____

Informe o código de registro: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/3.0/br/>

TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi transferido e incorporado por outra instituição, organização ou sistema, passando a compor seus recursos didáticos/pedagógicos?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva essa transferência:

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi apresentado (relato de experiência, comunicação científica, palestra, mesa redonda, etc.) ou ministrado em forma de oficina, mini-curso, cursos de extensão ou de qualificação etc. em eventos acadêmicos, científicos ou outros?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva o evento e a forma de apresentação:

Anais X Seminário de Dissertações do Mestrado em Ensino na Educação Básica – PPGEEB/CEPAE/UFG. Goiânia: UFG, 2024. 279 p. ISSN: 25272284.

O Produto Educacional foi publicado em periódicos científicos, anais de evento, livros, capítulos de livros, jornais ou revistas?

Sim Não

Em caso afirmativo, escreva a referência completa de cada publicação:

LEITE, Cláudia Helena. Mulheres jovens, adultas e idosas do povoado Vermelho no município de Cavalcante – um olhar sobre as propostas de alfabetização do Governo de Goiás no espaço quilombola (2019/2024). *In*: SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES DO MESTRADO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, 10., 2024, Goiânia. **Anais [...]** Goiânia: UFG, 2024.

REGISTRO(S) E DISPONIBILIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional Registrado na Plataforma **EduCAPES** com acesso disponível no link:

<http://XXXXXX>

Produto Educacional disponível, como apêndice da Dissertação de Mestrado do qual é fruto, na **Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG)**

(<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/>).

Outras formas de acesso:

<https://www.youtube.com/watch?v=DgVYXdl4m1Y>

LEITE, Cláudia Helena. *Quando a letra encontra a luta: relatos de mulheres do Povoado Vermelho, alfabetização e vida*. 2026. 29 f. Produto Educacional relativo à Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

RESUMO

O presente Produto Educacional, desenvolvido em formato audiovisual e intitulado “Quando a letra encontra a luta: relatos de mulheres do Povoado Vermelho, alfabetização e vida”, tem como objetivo dar visibilidade às vozes, memórias e experiências de alfabetização de mulheres da comunidade quilombola do Povoado Vermelho (Cavalcante/GO). A obra é fruto da dissertação de Mestrado intitulada "Mulheres do Povoado Vermelho, no município de Cavalcante, Goiás: um olhar sobre as propostas de alfabetização do governo de Goiás no espaço quilombola (2022)", desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG). A produção, de abordagem qualitativa, foi construída por meio de uma imersão de sete dias na comunidade, utilizando recursos acessíveis para captação audiovisual e priorizando uma escuta sensível, ética e comprometida com as narrativas das participantes. Foram registrados sete depoimentos, sendo seis de mulheres quilombolas participantes do Projeto Alfabetização e Família e um da professora Andreia Gonçalves Lima, cuja mediação foi fundamental. O produto busca valorizar as experiências educativas em contextos quilombolas, evidenciando saberes, resistências e modos de vida que atravessam os processos de alfabetização, contribuindo para reflexões sobre políticas públicas e práticas pedagógicas em Educação de Jovens e Adultos em territórios tradicionais.

Palavras-chave: Alfabetização. Educação quilombola. Mulheres quilombolas. Narrativas. Educação de jovens e adultos. Políticas públicas.

SUMÁRIO

Introdução	12
1 Fundamentação Teórica	14
1.1 O Chão da Exclusão: Sujeitos da EJA e a Leitura do Mundo	14
1.2 Direito negado, direito conquistado: o marco legal da EJA e a realidade quilombola.....	14
1.3 Interseccionalidades: raça, gênero e a experiência da mulher quilombola	15
1.4 A potência da escrivência: narrar-se para existir.....	16
2 Metodologia	17
2.1 Etapa pré-produção: concepção e planejamento	17
2.2 Etapa de produção: imersão e captação em campo	17
2.3 Etapa de pós-produção: edição e finalização	18
2.4 Aspectos éticos e devolutiva à comunidade	19
3 As múltiplas dimensões do aprender	20
3.1 Alfabetização como reconquista da dignidade e humanização	20
3.2 Autonomia e empoderamento no cotidiano	21
3.3 Dimensão espiritual e ancestral do aprender.....	22
3.4 Consciência política e exercício da cidadania	23
3.5 Coletividade, cuidado e reparação intergeracional.....	23
3.6 A alfabetização como práxis decolonial.....	24
4 Considerações Finais	26
Referências	28

Introdução

O vídeo "Quando a letra encontra a luta: relatos de mulheres do Povoado Vermelho, alfabetização e vida" é um convite para adentrar as vozes, memórias e vivências de mulheres quilombolas que, ao aprenderem a ler e escrever tardiamente, reescreveram não apenas palavras, mas suas próprias histórias. Gravado no coração da comunidade quilombola do Povoado Vermelho, em Cavalcante (GO), este material audiovisual reúne os depoimentos de seis mulheres (Dona Roberta, Dona Joana, Dona Luíza, Dona Alcenir, Dona Carlita e Dona Santana) e da professora Andreia Gonçalves Lima, cuja mediação pedagógica afetiva foi fundamental para a transformação vivida por cada uma delas.

Este documentário é o produto educacional resultante da dissertação de Mestrado intitulada "Mulheres do Povoado Vermelho, no município de Cavalcante, Goiás: um olhar sobre as propostas de alfabetização do governo de Goiás no espaço quilombola (2022)", desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB) do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG), sob orientação da Professora Doutora Anna Maria Dias Vreeswijk. Mais do que um anexo, a obra constitui-se como extensão viva da pesquisa, materializando, em imagem e som, o compromisso ético-político com a devolutiva às participantes e a divulgação científica de suas narrativas.

A produção foi tecida artesanalmente durante uma imersão de sete dias no povoado. Acompanhada pela professora Andreia, que nos guiou com sensibilidade pelas casas e histórias da comunidade, e com o apoio de minha filha Anaya e meu companheiro Lucas na captação das imagens com um simples telefone celular, buscamos construir um ambiente de escuta horizontal, onde cada entrevista se transformava em uma roda de prosa regada a café, cantos e memórias compartilhadas ao redor do fogão a lenha.

Os relatos aqui registrados extrapolam o ato de alfabetizar-se. Emergem como atos de escrevivência (Evaristo, 2020), nos quais a palavra conquistada se torna instrumento para narrar dores históricas, celebrar a reconquista da dignidade, afirmar a autonomia no cotidiano e fortalecer os laços comunitários e ancestrais. Como revela a pesquisa, ao aprender a "ler a Bíblia", "saber o troco" ou "assinar o nome com consciência", essas mulheres, além de dominaram um código, inscreveram seus corpos e suas lutas no mundo da palavra escrita, confrontando o racismo estrutural e o epistemicídio que por séculos as silenciou.

Assim, este vídeo não se pretende um ponto de chegada, mas um ponto de partida. Que

as vozes que ecoam nestas imagens possam tocar educadores, gestores públicos, pesquisadores e todos aqueles que acreditam no poder transformador de uma educação que, em vez de adaptar, liberta; que, em vez de silenciar, escuta; e que, em vez de apagar, celebra a memória e a resistência de mulheres negras quilombolas que, ao encontrarem a letra, reencontraram a si mesmas e reafirmaram o direito inegociável de serem autoras de sua própria história

1 Fundamentação Teórica

A experiência de alfabetização das mulheres do Povoado Vermelho, capturada em seus relatos no documentário “Quando a letra encontra a luta”, não é um fato isolado. Ela se inscreve em um contexto mais amplo de lutas históricas, políticas públicas e debates teóricos sobre o direito à educação, as relações étnico-raciais e as especificidades de gênero que atravessam a vida de mulheres negras e quilombolas no Brasil. Para compreender a profundidade do que essas narrativas revelam, é necessário lançar mão de algumas lentes conceituais que nos ajudam a enxergar, para além da emoção do depoimento, as estruturas sociais, os avanços normativos e os desafios que moldaram, e ainda moldam, suas trajetórias.

1.1 O Chão da Exclusão: Sujeitos da EJA e a Leitura do Mundo

As mulheres que vemos no vídeo personificam o que Arroyo (2017) denomina de “passageiras da noite”. São trabalhadoras rurais, cuidadoras do lar e da roça, que por décadas tiveram o direito à escola negado, não por falta de vontade ou capacidade, mas por uma estrutura social que, historicamente, reservou à população negra e pobre do campo os lugares do trabalho braçal e do silêncio. O autor nos ensina que as diferenças de percurso, de trabalho e de acesso revelam, na verdade, diferenças sociais, raciais e de classe profundamente enraizadas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), para esses sujeitos, não é uma mera reposição de conteúdo, mas um espaço de reconhecimento e de luta por uma vida mais justa.

É nesse ponto que a obra de Freire (1979, 2021) se torna indispensável. Para esse autor, a alfabetização não pode ser um ato de doação, de “cima para baixo”, mas um processo de conscientização que parte da leitura de mundo que o educando já possui. A alfabetização verdadeiramente emancipadora é aquela que, como vimos nos relatos, permite ao sujeito não apenas decodificar letras, mas “ler” a realidade, identificar injustiças e se reconhecer como capaz de transformá-la. Quando Dona Alcenir afirma que agora “sabe o que está assinando” ou quando Dona Luíza declara que perdeu o medo de viajar, elas estão exercendo, na prática, essa autonomia conquistada pela palavra.

1.2 Direito negado, direito conquistado: o marco legal da EJA e a realidade quilombola

A luta dessas mulheres por alfabetização não é apenas individual; é também uma demanda histórica que encontra respaldo em importantes marcos legais. A Constituição Federal

de 1988, em seu artigo 208, já assegurava a educação básica como direito de todos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei n.º 9.394/96) regulamentou esse direito, definindo a EJA como uma modalidade de ensino que deve respeitar as condições de vida e trabalho de seus estudantes.

Mais recentemente, o Plano Nacional de Educação (PNE — Lei n.º 13.005/2014) estabeleceu, em sua Meta 9, a erradicação do analfabetismo absoluto e a redução da taxa de analfabetismo funcional. Em Goiás, o Plano Estadual de Educação (PEE) previu, em sua Meta 5, a realização de levantamentos para mobilizar o acesso e o retorno de jovens e adultos à escola, com atenção especial às zonas rurais, quilombolas e indígenas. O Projeto Alfabetização e Família, implementado pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC) em parceria com o Gabinete de Políticas Sociais, surge nesse contexto como uma tentativa de responder a esses mandamentos legais, levando a alfabetização a territórios historicamente negligenciados, como o Povoado Vermelho.

No entanto, como alertam estudiosas como Costa (2015) e Machado (2001), a existência da lei não garante, por si só, a efetivação do direito. A redução no número de escolas que ofertam a EJA em Goiás, apontada pelo Instituto Mauro Borges (IMB, 2019), revela a contradição entre o discurso normativo e a realidade concreta. A experiência do Povoado Vermelho, portanto, ilumina tanto o acerto de uma política pública que chega ao território quanto a fragilidade de um sistema que ainda precisa lutar para se manter.

1.3 Interseccionalidades: raça, gênero e a experiência da mulher quilombola

Para compreender a singularidade da experiência dessas mulheres, no entanto, o olhar sobre a EJA e as políticas públicas é insuficiente. É preciso articulá-lo às questões de raça e gênero, que se entrelaçam para produzir formas específicas e agravadas de exclusão. É aí que entra o conceito de interseccionalidade, formulado por Crenshaw (2002) e aprofundado por autoras como Akotirene (2022) e Collins e Bilge (2021).

A interseccionalidade nos mostra que Dona Roberta não sofre discriminação apenas por ser mulher, nem apenas por ser negra, mas pela forma como essas duas opressões se combinam, produzindo uma realidade particular. A humilhação que ela relata ao ser chamada de “besta” por não saber fazer um troco é uma expressão concreta dessa sobreposição: é o racismo que desumaniza e o machismo que silencia, atuando juntos para mantê-la em um lugar de subalternidade.

Essa violência histórica contra a mulher negra é analisada por teóricas fundamentais.

Carneiro (2005) denuncia o epistemicídio, isto é, o processo sistemático de desqualificação e anulação dos saberes produzidos por negros e negras, que ao longo dos séculos tentou reduzir a população negra à condição de corpo produtivo e reprodutivo, esvaziado de intelecto e subjetividade. hooks (2018), por sua vez, nos lembra que a mulher negra foi historicamente excluída até mesmo do ideal hegemônico de “mulheridade”, sendo duplamente silenciada: pelo racismo da sociedade e pelo sexismo que, por muito tempo, também marcou os movimentos feministas e negros.

Por fim, Gomes (2005, 2017) e Munanga (2003) nos oferecem as ferramentas para pensar a educação como espaço de resistência e de reconstrução identitária. Gomes (2017) discute a pedagogia da ancestralidade e a importância de uma educação que reconheça e valorize os saberes, as memórias e as práticas culturais das comunidades negras e quilombolas. Munanga (2003) desconstrói o mito da democracia racial e nos convoca a enfrentar o racismo estrutural que ainda permeia a sociedade e a escola brasileira.

1.4 A potência da escrevivência: narrar-se para existir

Para finalizar, é impossível assistir aos relatos do documentário sem evocar o conceito de escrevivência, cunhado por Evaristo (2020). A escrevivência é a escrita que nasce da experiência vivida, da memória, da dor e da resistência de mulheres negras. Não é uma escrita narcísica ou individual, mas um ato coletivo que inscreve no mundo as vozes de uma comunidade historicamente silenciada.

Quando Dona Joana diz que “Deus mandou esse pessoal pra mim estar estudando”, ou quando Dona Carlita celebra o fato de poder “ler a Bíblia”, elas não estão apenas relatando fatos. Estão, por meio da palavra, afirmando sua existência, ressignificando suas trajetórias e se conectando a uma ancestralidade que também lutou para que elas pudessem, um dia, chegar até ali. A escrevivência, neste contexto, é a materialização da alfabetização como ato de libertação.

Esta fundamentação, longe de esgotar o debate, pretende oferecer ao espectador e aos educadores que utilizarão este material algumas chaves de leitura para compreender a potência do que está sendo visto e ouvido. As mulheres do Povoado Vermelho, com suas palavras simples e profundas, nos ensinam que a alfabetização é, sim, um direito; mas é também um instrumento de reconquista da dignidade, uma ferramenta de autonomia, um ato de fé, uma prática política e, acima de tudo, uma afirmação coletiva de que suas histórias, bem como as histórias de todas as mulheres negras deste país, merecem ser contadas, ouvidas e celebradas.

2 Metodologia

A construção do produto educacional foi orientada por uma abordagem qualitativa de cunho etnográfico e participativo, em consonância com a metodologia da pesquisa de mestrado que o originou. Mais do que uma simples coleta de depoimentos, a produção do vídeo foi um processo de imersão, escuta sensível e construção compartilhada de memórias, reafirmando o compromisso ético-político de devolver às participantes suas vozes registradas como testemunho vivo de resistência e transformação.

2.1 Etapa pré-produção: concepção e planejamento

A concepção do audiovisual nasceu do próprio desenho da pesquisa, que desde o início previu a produção de um material de divulgação científica como parte integrante do trabalho. A escolha do formato documental justifica-se por sua potência em captar não apenas o conteúdo das falas, mas também as dimensões subjetivas, afetivas e simbólicas que as acompanham: o olhar que se ilumina, a pausa emocionada, o silêncio que diz, o gesto que acolhe.

O planejamento foi construído em diálogo com a professora Andreia Gonçalves Lima, educadora e liderança comunitária no Povoado Vermelho, cuja mediação foi fundamental para o estabelecimento de vínculos de confiança e para a identificação das participantes. Foram selecionadas intencionalmente seis mulheres quilombolas, todas integrantes do Projeto Alfabetização e Família, além da própria professora Andreia, cuja perspectiva sobre a mediação pedagógica enriqueceria a narrativa. A diversidade de idades (entre 56 e 82 anos) e trajetórias de vida entre as participantes foi um critério valorizado, pois reflete a abrangência e a potência do projeto na comunidade.

2.2 Etapa de produção: imersão e captação em campo

As filmagens ocorreram durante uma imersão de sete dias no Povoado Vermelho, em Cavalcante, Goiás, período em que a equipe — composta pela pesquisadora Cláudia Helena Leite (entrevistadora e idealizadora), Lucas Noronha Lima e Anaya Noronha Lima (captação de imagens) — esteve hospedada na casa do pastor local, integrando-se ao cotidiano da comunidade.

Optou-se, intencionalmente, pelo uso de recursos técnicos acessíveis, como um telefone celular (iPhone 11) para captação de imagem e som, acoplado a um microfone para garantir a

qualidade dos áudios. Essa escolha, longe de ser uma limitação, mostrou-se uma estratégia política e metodológica alinhada aos princípios da pesquisa: a simplicidade dos equipamentos reduziu o impacto da presença da equipe, permitindo que as entrevistas ocorressem de forma orgânica, espontânea e em ambientes familiares às participantes (suas próprias casas, quintais e cozinhas).

Conduzidas pelo bloquinho de anotações e pela escuta atenta da pesquisadora, as entrevistas foram realizadas em diferentes momentos do dia, respeitando os tempos da comunidade: os afazeres da roça, o preparo do almoço no fogão a lenha, os momentos de descanso e as rodas de conversa. Em vez de um roteiro rígido, as conversas partiam de perguntas disparadoras sobre a experiência com a alfabetização, mas se desenvolviam livremente, permitindo que cada mulher construísse sua própria narrativa, repleta de memórias, afetos e reflexões. A presença da professora Andreia como guia foi essencial para que a equipe fosse acolhida com confiança em cada lar, transformando as gravações em verdadeiros encontros de partilha.

2.3 Etapa de pós-produção: edição e finalização

O material bruto foi organizado e submetido a um processo de edição realizado por Filipe Leddet Leite Santos e Maria Eduarda Ferreira. A edição buscou preservar a integridade e a força das narrativas, realizando cortes que respeitassem o ritmo da fala e a emoção de cada depoimento, sem artificialismos ou dramatizações.

A construção narrativa do vídeo articulou os depoimentos coletados de forma a tecer uma história coletiva, alternando falas individuais que, juntas, revelam as cinco dimensões da alfabetização identificadas na pesquisa: a reconquista da dignidade, a autonomia no cotidiano, a dimensão espiritual e ancestral do aprender, a consciência política e a força da coletividade e da reparação intergeracional.

Imagens de apoio, como planos detalhes das mãos que escrevem, do caderno, do ambiente da comunidade, do cerrado ao redor, foram inseridas para contextualizar as falas e aproximar o espectador do universo simbólico e material do Povoado Vermelho. A trilha sonora, quando utilizada, foi escolhida de forma sutil para não se sobrepor às vozes, mas para ambientar e emocionar, respeitando a potência das palavras ditas.

2.4 Aspectos éticos e devolutiva à comunidade

Todo o processo de produção foi norteado por rigorosos princípios éticos. As participantes foram previamente informadas sobre os objetivos do vídeo, sua finalidade educacional e os meios de divulgação, tendo concedido seu consentimento livre e esclarecido para a gravação e uso de suas imagens e depoimentos. A pesquisadora comprometeu-se a realizar a devolutiva do material à comunidade, seja por meio de exposições coletivas ou da disponibilização do *link* de acesso, garantindo que as mulheres se vissem representadas e reconhecessem no produto final a dignidade de suas histórias.

Desse modo, a metodologia adotada não se limitou a registrar, mas buscou construir, coletivamente, um artefato de memória e resistência. Cada etapa, da concepção à edição, foi permeada pelo cuidado em honrar as vozes que, por tanto tempo, estiveram à margem das narrativas educacionais hegemônicas. O resultado é um produto que, em sua forma artesanal e em sua profundidade ética, pretende ser instrumento de justiça cognitiva e de inspiração para outras comunidades, educadores e pesquisadores.

3 As múltiplas dimensões do aprender

As narrativas registradas no produto audiovisual revelam que o processo de alfabetização vivenciado pelas mulheres do Povoado Vermelho transcendeu, em muito, a dimensão técnica do aprender a ler e escrever. Mais do que a aquisição de um código linguístico, a experiência com o Projeto Alfabetização e Família desencadeou um profundo processo de transformação pessoal e coletiva, que pode ser compreendido a partir de cinco dimensões interligadas. Essas dimensões, identificadas na pesquisa de mestrado que origina este produto, não se manifestam de forma isolada ou hierárquica, e sim como fios de uma mesma trama, na qual a palavra escrita se converte em instrumento de libertação, reparação e afirmação identitária.

3.1 Alfabetização como reconquista da dignidade e humanização

A primeira dimensão que emerge com força dos depoimentos é a alfabetização como um processo de restauração simbólica da autoestima e da condição de sujeito. As falas revelam que a negação histórica do acesso à escrita operou, por longos períodos, como um mecanismo de desumanização, e que sua conquista tardia assume um caráter profundamente reparador.

Dona Alcenir Modesto da Silva expressa essa transformação ao afirmar: “Agora, quando vem alguém mandar assinar, eu sei o que tô assinando”. O ato de assinar, que antes poderia ser um gesto mecânico ou uma submissão à tutela de terceiros, converte-se em afirmação de consciência e autoria sobre a própria vida. De modo ainda mais contundente, Dona Luíza Modesto da Silva associa o analfabetismo a uma “doença”, revelando a dor profunda causada pela exclusão: “Não tem uma coisa melhor do que a pessoa saber ler e escrever... a pessoa que não sabe nem assinar o seu nome é a coisa mais ruim que existe no mundo. É meio que uma doença”.

A experiência de humilhação, seguida pela superação, é narrada por Dona Roberta Pereira Catarino, que relembra ter sido chamada de "besta" por não saber fazer um troco. Após a alfabetização, ela afirma com orgulho: “Hoje, eu passo um dinheiro e eu sei o que é um troco”. O domínio do cálculo, nesse contexto, ultrapassa sua função prática e assume um sentido simbólico de reconquista do respeito próprio e de reposicionamento social. A professora Andreia Gonçalves Lima corrobora essa percepção ao descrever o impacto do processo: “O mais bonito era ver como elas se sentiam importantes”.

Essa dimensão dialoga com a pedagogia freiriana (Freire, 1979), para quem a

alfabetização constitui, antes de tudo, um ato de humanização. A fala de Dona Luíza, ao equiparar o analfabetismo a uma doença, ecoa essa concepção ao revelar que a negação da palavra corresponde à negação da própria condição de sujeito. Trata-se, também, da superação do que Carneiro (2005) denomina epistemicídio, isto é, o processo de anulação e desqualificação dos saberes dos povos subjugados. Ao aprenderem a ler e escrever, essas mulheres rompem com esse processo e restituem a si mesmas o direito de serem reconhecidas como produtoras de conhecimento.

3.2 Autonomia e empoderamento no cotidiano

A segunda dimensão revela a alfabetização como vetor de autonomia prática e empoderamento cotidiano. Aprender a ler e escrever significou para essas mulheres a conquista de uma capacidade ampliada de agir no mundo de forma independente, resolvendo problemas concretos e transpondo barreiras antes intransponíveis.

Dona Luíza sintetiza essa transformação ao declarar: “Eu não tenho medo de viajar pra lugar nenhum... eu saio só eu e Deus”. A viagem, aqui, é simultaneamente metáfora e realidade: simboliza a ruptura com o medo e com a dependência que limitavam seu horizonte existencial. No plano das transações cotidianas, Dona Roberta celebra o domínio sobre o próprio dinheiro, e Dona Alcenir reafirma sua soberania sobre os atos burocráticos: “Se chega uma pessoa e fala: 'a senhora assina aqui pra mim', eu digo, não... eu sei assinar, graças a Deus”.

A professora Andreia observa essa mudança de postura em situações mais complexas: “Os meus alunos, hoje, eles sabem quando estão sendo passados pra trás, sabem dar uma entrevista muito bem dada e sabem correr atrás do que é deles”. Nessa perspectiva, a alfabetização produziu uma autonomia defensiva, ou seja, a capacidade de identificar injustiças, interpretar contextos e articular respostas, bem como uma autonomia propositiva, que permite às mulheres ocuparem espaços antes percebidos como hostis ou inacessíveis, como uma agência bancária ou uma repartição pública.

Essa dimensão encontra eco no conceito freiriano de autonomia como constitutiva da libertação (Freire, 2024). As falas sobre “não ter mais medo” e “saber o que está assinando” materializam o processo de constituição de um sujeito que passa a se reconhecer como agente de sua própria história. Para Gomes (2017), o empoderamento de mulheres negras em contextos quilombolas se constrói justamente nesse governo da vida cotidiana (a casa, o trabalho, o dinheiro, o corpo), e as narrativas das participantes expressam, de forma concreta, esse exercício.

3.3 Dimensão espiritual e ancestral do aprender

A terceira dimensão revela uma das singularidades mais profundas da experiência no Povoado Vermelho: a íntima conexão entre o ato de aprender, a fé e a ancestralidade. Para essas mulheres, a leitura e a escrita não são habilidades seculares isoladas; são impregnadas de sentido transcendente, funcionando como veículo de diálogo com o sagrado e de reparação simbólica com as gerações passadas.

Dona Carlita Ferreira Moraes expressa essa síntese de forma direta e emocionada: “Aprender a ler e escrever é muito bom, a gente lê a Bíblia”. Para ela, a finalidade primordial do domínio da leitura é o acesso autônomo à Palavra Sagrada, que confere não apenas conhecimento, mas pertencimento e dignidade espiritual. Dona Joana Pereira Catarino interpreta a própria chegada do projeto como uma intervenção divina: “Deus mandou esse pessoal pra mim estar estudando”. A oportunidade educacional é compreendida como uma graça, um ato de provisão que responde a uma espera ancestral.

Outras vozes associam a conquista da escrita a um sentimento de missão cumprida e legado. Dona Luíza, ao celebrar sua aprendizagem tardia, afirma: “Agora que eu tô aprendendo”, numa fala que carrega o peso de uma trajetória de privação e a leveza simbólica de uma conquista que honra aqueles que, antes dela, não tiveram acesso ao mundo letrado. Dona Roberta, ao descrever a professora, mobiliza uma linguagem afetiva e espiritual: “A professora Andreia é uma benção de Deus, uma filha, uma irmã”. A educadora é incorporada à família espiritual e comunitária, revelando que o vínculo pedagógico ultrapassou a relação formal de ensino.

A percepção da professora Andreia confirma essa dimensão: “Cada uma delas me ensinou o valor da paciência e da fé. Eu via o brilho nos olhos quando conseguiam escrever o nome pela primeira vez”. Esse “brilho” pode ser lido como expressão de uma alegria profunda, que é simultaneamente conquista pessoal, reconhecimento de si e realização espiritual.

Essa dimensão dialoga com o que Gomes (2017) denomina pedagogia da ancestralidade, que concebe a educação em comunidades negras como um processo de reconexão com a memória coletiva e com as forças espirituais que sustentam a resistência. A fala de Dona Joana, ao atribuir a Deus a vinda do projeto, narra um acontecimento de justiça cognitiva e espiritual, que reinscreve a comunidade no direito ao saber e à palavra.

3.4 Consciência política e exercício da cidadania

A quarta dimensão revela uma transformação fundamental: a emergência de uma consciência política crítica e o exercício ativo da cidadania. Para além da aquisição de habilidades linguísticas, o projeto catalisou um deslocamento na percepção que essas mulheres têm de si mesmas e de seu lugar no mundo, permitindo-lhes decifrar as estruturas de exclusão que as atravessam.

Dona Joana formula uma crítica severa ao abandono estatal ao afirmar: “Nunca teve essa oportunidade pra nós aqui, né? Em lugar tudo desabitado, né? Largado aí...”. Sua fala transcende o lamento individual e assume a forma de denúncia política, ao identificar o isolamento territorial e a negligência do poder público como mecanismos concretos de produção da exclusão. A transição do silêncio à palavra como ato de poder aparece na fala de Dona Roberta: “Hoje, eu posso conversar com qualquer um. Não fico mais calada”. O “não ficar mais calada” simboliza a ruptura com uma submissão historicamente imposta e a assunção de um lugar de interlocução pública.

A observação da professora Andreia de que suas alunas não são mais “passadas para trás”, que sabem “dar entrevista” e “correr atrás do que é delas”, evidencia a passagem da consciência à ação, caracterizando uma postura ativa de reivindicação e enfrentamento. O “ir ao banco sozinha”, mencionado por Andreia, simboliza tanto a autonomia prática quanto o reconhecimento de si como sujeito digno de circular, demandar e decidir em espaços institucionais antes intimidadores.

Essa categoria encontra fundamento na pedagogia do oprimido de Freire (1979), para quem a educação libertadora é um processo de conscientização que move o sujeito da aceitação passiva da realidade para sua problematização crítica e transformação. As falas que denunciam a falta de oportunidade como injustiça e que expressam a disposição de “correr atrás” materializam esse movimento da consciência ingênua para a consciência crítica. Gomes (2017) contribui com o conceito de letramento racial crítico, evidenciado na capacidade de identificar quando estão “sendo passadas pra trás”, ou seja, de perceber os mecanismos sutis do racismo estrutural e das desigualdades cotidianas.

3.5 Coletividade, cuidado e reparação intergeracional

A quinta e última dimensão sintetiza o *ethos* fundamental do processo: seu caráter essencialmente coletivo, afetivo e intergeracional. Longe de ser uma jornada individual, o

aprender revelou-se uma experiência comunitária de cuidado mútuo, na qual os saberes circularam em rede e o ato de estudar assumiu um profundo significado de reparação histórica.

Dona Alcenir define a dinâmica central do grupo: “A gente aprende uma com a outra, uma ajuda a outra”. Essa fala desloca o eixo do processo do individual para o coletivo, apresentando o conhecimento como um bem comum construído na reciprocidade e na solidariedade. Dona Luíza atribui à sua trajetória um significado profundo de reparação intergeracional: “Os irmãos tudo estudou e eu fiquei sem estudar... agora que eu tô aprendendo”. Sua fala expõe uma injustiça familiar e de gênero — a menina que permanece sem acesso à escolarização para assumir responsabilidades domésticas — e celebra a conquista atual como um resgate de um direito historicamente negado.

A fala de Dona Santana Modesto Catarino, mulher com deficiência intelectual e de fala, serve como testemunho do acolhimento coletivo: “Eu agradeço muito a irmã Andréa. Nós tá na escola estudar, mas eu agradeço a todos. Eu lavo roupa, eu barro o terreiro, eu faço bolo, eu faço café, eu cuido de tudo”. Ao enumerar seus afazeres, Dona Santana inscreve-se como sujeito produtivo e participante, reafirmando sua dignidade e sua centralidade tanto na comunidade de aprendizagem quanto na vida coletiva do território.

A professora Andreia descreve a atmosfera das aulas como um espaço de partilha que extrapolava o conteúdo formal: “Às vezes, eu chegava com um conteúdo e elas vinham com uma história, uma lembrança, e aí o conteúdo virava conversa, virava troca”. Essa prática dialógica transformou a sala de aula em uma verdadeira comunidade de memória, afeto e reconhecimento, na qual o saber escolar se enraizava nas experiências vividas.

Essa dimensão é sustentada pelo conceito de comunidade de prática (Wenger, 1998) e pela pedagogia da ancestralidade (Gomes, 2017), que concebe o processo educativo nas comunidades negras como um ato de memória e de reverência aos mais velhos, uma conversa contínua entre gerações. A filosofia da escrevivência (Evaristo, 2020) também ilumina essa dimensão, ao compreender a escrita da mulher negra como ato de existência que extrapola o individual e se conecta a uma coletividade. As mulheres do Povoado Vermelho, ao aprenderem a escrever, inscrevem no papel as vozes silenciadas de suas mães e avós, realizando uma escrevivência coletiva e ancestral.

3.6 A alfabetização como práxis decolonial

Em conjunto, as cinco dimensões analisadas revelam que a experiência do Projeto Alfabetização e Família no Povoado Vermelho configurou-se como uma autêntica práxis

decolonial (Quijano, 2005; Walsh, 2013). Ao intervir de forma integrada nas dimensões do ser, do saber e do poder que estruturam a experiência quilombola, a alfabetização operou como:

- Antídoto contra a desumanização colonial (Fanon, 2008), restaurando a autoestima e a condição de sujeito (Dimensão 1);
- Ferramenta de descolonização da vida prática (Walsh, 2013), conferindo autonomia para gerir recursos, circular e decidir (Dimensão 2);
- Rito de reconexão com a ancestralidade, articulando saber letrado e cosmologia quilombola (Dimensão 3);
- Dispositivo de politização da existência, permitindo a leitura crítica do mundo e a reivindicação de direitos (Dimensão 4);
- Tecido de reconstituição comunitária, promovendo o cuidado mútuo e a reparação intergeracional (Dimensão 5).

As vozes que ecoam no produto audiovisual não são apenas relatos comoventes; são evidências concretas de que a educação, quando genuinamente dialógica, territorializada e comprometida com a diversidade, pode transformar não apenas vidas individuais, mas comunidades inteiras. As mulheres do Povoado Vermelho nos ensinam que a alfabetização é, sim, um direito; mas é também um instrumento de reconquista da dignidade, uma ferramenta de autonomia, um ato de fé, uma prática política e, acima de tudo, uma afirmação coletiva de que suas histórias — e as histórias de todas as mulheres negras deste país — merecem ser contadas, ouvidas e celebradas como parte fundamental da luta por justiça social e epistemológica.

4 Considerações Finais

Por meio do produto educacional, buscamos demonstrar que a experiência de alfabetização das mulheres quilombolas do Povoado Vermelho transcendeu, em muito, o domínio técnico da leitura e da escrita. O que seus relatos revelam é um processo profundo de reumanização, no qual a palavra conquistada se converteu em instrumento de reconquista da dignidade, de exercício da autonomia, de conexão com a ancestralidade, de despertar da consciência política e de fortalecimento dos laços comunitários.

Cada depoimento registrado é um testemunho vivo de que a educação, quando praticada de forma dialógica, afetiva e territorialmente referenciada, pode operar como uma verdadeira práxis decolonial. Ao aprenderem a ler e a escrever, Dona Roberta, Dona Joana, Dona Luíza, Dona Alcenir, Dona Carlita, Dona Santina e tantas outras mulheres negras e quilombolas não apenas acessaram um direito historicamente negado, como também inscreveram seus corpos, suas memórias e suas lutas no mundo da palavra escrita, confrontando o racismo estrutural e o epistemicídio que por séculos as silenciaram.

A mediação pedagógica da professora Andreia Gonçalves Lima foi essencial nesse processo. Sua prática criou um ambiente de acolhimento, escuta e valorização dos saberes locais, no qual o medo de errar pôde ser substituído pela confiança em perguntar, tentar e insistir. A sala de aula, naquele contexto, deixou de ser um espaço de transmissão unidirecional de conteúdos para se transformar em uma verdadeira comunidade de prática e de memória, em que o conhecimento era construído coletivamente, “uma aprendendo com a outra”.

A mediação pedagógica da professora Andreia Gonçalves Lima foi essencial nesse processo. É fundamental que se reconheça o seu posicionamento político enquanto educadora branca comprometida com a reparação histórica. A professora Andreia não apenas reconheceu seu lugar de fala e as responsabilidades que dele decorrem, como também traduziu essa consciência em uma prática educativa radicalmente transformadora. Sua atuação demonstrou que a luta antirracista não é responsabilidade exclusiva de pessoas negras, mas um compromisso ético que deve permear o trabalho de todos os educadores, especialmente daqueles que gozam dos privilégios da branquitude.

Ao renunciar a práticas verticalizadas, ao reconhecer os saberes ancestrais quilombolas como conhecimento legítimo, ao construir um espaço seguro onde o medo de errar pudesse ser substituído pela confiança em perguntar, tentar e insistir, a professora Andreia exerceu uma pedagogia de reparação, aquela que compreende a educação como um ato político de justiça

social. Sua sala de aula deixou de ser um espaço de transmissão unidirecional de conteúdo para se transformar em uma verdadeira comunidade de prática e de memória, em que o conhecimento era construído coletivamente, “uma aprendendo com a outra”, e onde a presença respeitosa de uma educadora branca contribuía — não para liderar, mas para amplificar as vozes das mulheres quilombolas.

Nesse sentido, a professora Andreia Gonçalves Lima exemplifica o que significa ser um aliado comprometido: não é aquele que fala pelos silenciados, mas aquele que cria condições concretas para que os silenciados falem, sejam ouvidos e se reconheçam como produtores de conhecimento. Sua dedicação afirma que a reparação histórica é um processo coletivo, que exige de educadores brancos não apenas uma declaração de intenções, mas uma transformação radical de suas práticas pedagógicas, o que a professora Andreia realizou com excelência, sensibilidade e compromisso genuíno.

Este produto educacional pretende ser, acima de tudo, um gesto de devolutiva ética e afetiva às mulheres que generosamente compartilharam suas histórias. Ao verem suas imagens projetadas e suas vozes amplificadas, elas podem reconhecer-se não como objetos de estudo, mas como autoras de suas próprias narrativas, protagonistas de uma história de resistência e transformação que merece ser contada, celebrada e multiplicada.

Que este material chegue às mãos e aos olhos de educadores, gestores públicos, pesquisadores, estudantes e todos aqueles que acreditam no poder transformador da educação. Que ele sirva como inspiração para a formulação de políticas públicas cada vez mais comprometidas com a justiça social e com as especificidades dos territórios quilombolas, indígenas e rurais. Que ele nos lembre, a cada cena, que a alfabetização de jovens e adultos não é uma mera reposição de conteúdos escolares, mas um direito humano fundamental e uma ferramenta poderosa de reparação histórica e de construção de um futuro mais digno, igualitário e antirracista.

Como bem registrou Evaristo (2020), a escrevivência das mulheres negras não é para adormecer a casa-grande, mas para acordá-la de seus sonos injustos. Que as vozes do Povoado Vermelho, agora registradas para sempre, continuem a ecoar, despertando consciências, mobilizando afetos e nos lembrando que quando a letra encontra a luta, a liberdade se escreve com mãos negras, femininas e quilombolas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Jandaia, 2022.

ARROYO, Miguel. **Passageiros da Noite:** do Trabalho para a EJA — itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 nov. 2025.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 09 nov. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Maria da Conceição. **Educação de Jovens e Adultos: Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas.** São Paulo: Cortez, 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2026.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 80. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação de Goiás. **Plano Estadual de Educação de Goiás — PEE (2015-2025)**. Goiânia: SEDUC, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In.*: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03**. Brasília: MEC, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. **Educação para a igualdade racial: reflexões e práticas pedagógicas**. Brasília: MEC; SECAD, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Heci Regina Candiani. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB). **Relatórios socioeconômicos de Cavalcante-GO**. 2019. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2025.

MACHADO, Maria Margarida. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: memória e atualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In.*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

WALSH, Catherine (Org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Equador: Abya-Yala, 2013.

WENGER, Etienne. **Communities of practice: learning, meaning, and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.